

- 1991 — 2nd Summer Course Modeling of Fate of Toxic Substances in Surface and Ground Waters, por Robert Thomann e John Mueller, Manhattan College, UNINOVA, Lisboa;
- 1992 — estágio na Universidade da Califórnia, Davis, orientado pelo Prof. Geral Orlob, sobre modelação da qualidade da água em rios e albufeiras;
- 1998 — curso «Water quality modelling of lakes, rivers and catchments», Imperial College, London;
- 2001 — Curso «Análise espacial de dados para as ciências sociais e do ambiente», pelo Centro de Geo-Sistemas do Instituto Superior Técnico, Lisboa.

Instituto da Conservação da Natureza

Despacho n.º 11 203/2005 (2.ª série). — Nos termos do disposto no artigo 27.º conjugado com o n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, nomeio a licenciada em Arquitectura Paisagística Maria da Glória Reis da Silva Araújo para exercer, por urgente conveniência de serviço e em regime de substituição, o cargo de chefe da Divisão de Habitats e Ecossistemas.

A presente nomeação, em regime de substituição, fundamenta-se na experiência profissional da nomeada para o desempenho das funções inerentes ao cargo, tal como atesta o respectivo *curriculum vitae* que é publicado em anexo ao presente despacho.

7 de Abril de 2005. — O Presidente, *João C. Rosmaninho de Menezes*.

Curriculum vitae

Elementos pessoais:

Nome — Maria da Glória Reis da Silva Araújo;
 Data de nascimento — 9 de Julho de 1958;
 Naturalidade — Beira/Moçambique;
 Filiação — Gonçalo Arlindo Alves da Silva Araújo e Maria Manuela de Morais Reis;
 Estado civil — casada;
 Bilhete de identidade n.º 8303031, de 26 de Outubro de 2000, Lisboa;
 Número de contribuinte 178184721;
 Morada — Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 12, 4.º, esquerdo, 1070-086 Lisboa;
 Telefone: 213830987.

Habilitações literárias — licenciatura em Arquitectura Paisagística, concluída em Novembro de 1989, pela Universidade de Évora, com a classificação final de 14 valores.

Carreira profissional:

Contrato de prestação de serviços para a Direcção-Geral do Ordenamento, Direcção Regional do Norte, em 1984, onde trabalhou na integração do património monumental do Vale do Lima;

Contrato de prestação de serviços para o Parque Nacional da Peneda-Gerês em 1989, onde elaborou o estudo de zonamento para o recreio no vale da Corga das Veigas/Castro Laboreiro;

Ingresso no Gabinete de Ambiente da Associação de Municípios do Oeste (AMO) em Outubro de 1989, contratada pelo Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza ao abrigo de um protocolo celebrado entre a Secretaria de Estado do Ambiente e Recursos Naturais e a Associação de Municípios do Oeste;

De Janeiro de 1990 a Dezembro de 1991, contratada directamente pela AMO, ao abrigo do protocolo citado, onde apoiou as câmaras municipais da região Oeste em espaços exteriores e na elaboração de pareceres técnicos na área do ambiente;

A partir de Abril de 1992 passa a apoiar o Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, nomeadamente sendo responsável pela gestão do Centro de Interpretação de Porto de Mós, bem como pela apresentação de candidaturas a financiamento comunitário pelo projecto LEADER, por um período de dois anos;

Entre Maio de 1994 e Agosto de 2000 apoia a referida instituição no processo de gestão das explorações de inertes e emissão de pareceres de natureza vária;

A partir de Setembro de 2000 passa a integrar o grupo de trabalho da Rede Natura 2000 na Direcção de Serviços de Conservação da Natureza do ICN;

Representante de Portugal no Comité Habitats a partir de Outubro de 2003.

Despacho n.º 11 204/2005 (2.ª série). — Nos termos do disposto no artigo 27.º, conjugado com o n.º 3 do artigo 21.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, nomeio o licenciado em Biologia Mário Alexandre Lopes Rodrigues da Silva para exercer, por urgente conveniência de serviço e em regime de substituição, o cargo de director de serviços da Conservação da Natureza.

A presente nomeação, em regime de substituição, fundamenta-se na experiência profissional do nomeado para o desempenho das funções inerentes ao cargo, tal como atesta o respectivo *curriculum vitae*, que é publicado em anexo ao presente despacho.

7 de Abril de 2005. — O Presidente, *João C. Rosmaninho de Menezes*.

Curriculum vitae

(síntese)

1 — Identificação e dados pessoais:

Nome — Mário Alexandre Lopes Rodrigues da Silva;
 Data e local de nascimento — 21 de Novembro de 1963, Lisboa;
 Residência — Lisboa.

2 — Habilitações académicas e suplementares:

Maio de 1993 — curso de direito do ambiente (Instituto Nacional de Administração);
 Dezembro de 1988 — licenciatura em Biologia — Recursos Faunísticos e Ambiente, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FCUL).

3 — Enquadramento e percurso profissionais:

Fevereiro de 2001-Abril de 2002 e Fevereiro de 2004-Março de 2005 — chefe da Divisão de Habitats e Ecossistemas, do Instituto da Conservação da Natureza (ICN);
 Junho de 1998-Outubro de 1999 — assessor do Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente;
 Agosto de 1992 — integra o quadro privativo do ICN (DHE/DSCN);
 Agosto de 1990-Março de 1991 — consultor técnico da empresa NATURIBÉRICA — Estudos e Divulgação em Biologia, L.ª;
 Março de 1990 — contrato administrativo de provimento com o SNPRCN (ex-ICN);
 Setembro de 1987-Maio de 1990 — monitor do Departamento de Zoologia e Antropologia da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

Enquadramento funcional e competências específicas no âmbito do ICN:

Representante do ICN no grupo de trabalho de perspectivas financeiras do GRI/MAOTDR;
 Desde Julho 2003 — membro da equipa de projecto do plano sectorial para a Rede Natura 2000;
 Desde 2001 — articulação com o GRI/MAOTDR para matérias comunitárias e internacionais na área da biodiversidade;
 Desde Agosto de 2000 — membro do Secretariado Nacional para a Convenção sobre a Diversidade Biológica;
 Desde Novembro de 1999 — ponto focal nacional para o instrumento financeiro comunitário LIFE-Natureza;
 Novembro de 1999-Junho de 2000 — representante do ICN nas negociações relativas ao Protocolo de Biosegurança, no âmbito da Convenção sobre a Diversidade Biológica;
 Fevereiro de 1998-Agosto de 1999 — coordenador do grupo de trabalho do Ministério do Ambiente para a elaboração da Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade;
 Novembro de 1997-Junho de 1998 — representante do ICN na comissão de acompanhamento das infra-estruturas do Alqueva e coordenador do grupo de trabalho do património natural;
 Outubro de 1996-Junho de 1998 — coordenador do Centro de Estudos de Migrações e Protecção de Aves (ICN) e seu representante junto da União Europeia para a Anilhagem;
 1992 — representante do SNPRCN no grupo de trabalho de estatísticas demográficas e sociais, área do ambiente, do Conselho Superior de Estatística;
 Janeiro de 1991-1993 — membro da equipa técnica do projecto CORINE-Biótopos;
 1990-Junho de 1998 — co-responsável (com J. P. Granadeiro) pelo Programa Nacional de Monitorização da Mortalidade de Aves Marinhas durante o Inverno no Litoral Português, Inspeções Costeiras, integrado desde 1992 no projecto Acção Preparatória para o Estabelecimento de Uma Rede de Áreas Protegidas na Parte Sul do Mar do Norte e na Parte Ocidental

do Mar Báltico — Parte II: Inspeções Costeiras Internacionais para Monitorização de Aves (SNPRCN, Ornis Consultant, financiado pela Comissão Europeia).

Outras actividades (externas ao âmbito do ICN):

- 1998-1999 — membro da comissão externa de avaliação das licenciaturas de Biologia e Biotecnologia (Ministério da Educação, Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas);
- 1995-1997 — vice-presidente da direcção nacional da Associação Portuguesa de Biólogos;
- Abril de 1993-Outubro de 1996 — director da revista *O Biólogo* (edição da Associação Portuguesa de Biólogos);
- 1992-1993 — comissário de ambiente da European Communities Biologists Association;
- Maio de 1990-Março de 1995 — tesoureiro da direcção nacional da Associação Portuguesa de Biólogos.

Despacho n.º 11 205/2005 (2.ª série). — *Delegação de competências na vice-presidente.* — Ao abrigo da minha competência e das disposições conjugadas do n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro e dos artigos 35.º a 40.º do Código do Procedimento Administrativo, deogo na vice-presidente Dr.ª Maria de Lurdes Marins de Serpa Carvalho a competência em todos os assuntos no âmbito da DSCN, das áreas protegidas, da gestão de zonas húmidas e gestão de áreas florestais e especificamente para a prática dos seguintes actos:

- 1 — Emissão de pareceres, autorizações, licenças de espantamento e credenciais para a remoção de ninhos, nos termos da legislação da conservação da natureza.
- 2 — Emissão de pareceres e autorizações no âmbito da gestão e ordenamento de espécies cinegéticas e no âmbito da gestão e exploração dos recursos florestais.
- 3 — Assinar e despachar toda a correspondência no âmbito da DSCN, relações internacionais, gestão de zonas húmidas, gestão de áreas florestais e de áreas protegidas, de instituições da Administração Pública e de câmaras municipais que sejam de mero expediente, com excepção da correspondência de gabinetes de membros do Governo.
- 4 — Assinar e despachar toda a correspondência nas matérias delegadas pelo presidente à vice-presidente, através do despacho n.º 18/PRES/2005, nas suas faltas e impedimentos.
- 5 — A delegada pode subdelegar a competência prevista no n.º 1 aos directores de áreas protegidas, presidente das comissões directivas e ao director de serviços de Conservação da Natureza.

O presente despacho produz efeitos desde a data da sua assinatura.

28 de Abril de 2005. — O Presidente, *João C. Rosmaninho de Menezes.*

Despacho n.º 11 206/2005 (2.ª série). — *Delegação de competência na directora de serviços Administrativos e Financeiros.* — Ao abrigo da minha competência e das disposições conjugadas do n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e dos artigos 35.º a 40.º do Código do Procedimento Administrativo, deogo na directora de serviços Administrativos e Financeiros, Dr.ª Otilia da Graça Barreiros Martins, a competência para a prática dos seguintes actos:

- 1 — Em matéria de gestão orçamental e realização de despesas:
 - a) Autorizar e visar despesas com aquisição de bens e serviços e empreitadas de obras públicas, desde que cumpridas as formalidades legais aplicáveis, até ao limite de € 4987,98, excepto as relacionadas com a admissão de pessoal que tenham carácter regular independentemente da forma jurídica a adoptar;
 - b) Praticar todos os actos subsequentes à autorização de despesas legalmente autorizadas;
 - c) Gerir o orçamento de funcionamento e o PIDDAC e propor as alterações orçamentais julgadas adequadas, tendo em vista os objectivos a atingir;
 - d) Assinar folhas de vencimento, ajudas de custo e outros abonos cujas despesas tenham sido autorizadas nos termos legais.

2 — As matérias deste despacho podem ser subdelegadas na chefe de divisão de Planeamento, devendo dar-me conhecimento dos despachos de subdelegação.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

28 de Abril de 2005. — O Presidente, *João C. Rosmaninho de Menezes.*

Despacho n.º 11 207/2005 (2.ª série). — *Delegação de competência na vice-presidente.* — Ao abrigo da minha competência e das disposições conjugadas do n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e dos artigos 35.º a 40.º do Código do Procedimento Administrativo, deogo na vice-presidente Dr. João Manuel da Silva Alves a competência em todos os assuntos no âmbito da DSAAP

e áreas protegidas e especificamente para a prática dos seguintes actos:

- 1 — Emissão de pareceres e de autorizações no âmbito da prevenção, vigilância e primeira intervenção em incêndios florestais.
 - 2 — Emissão de pareceres e de autorizações no âmbito do licenciamento de actividades de turismo de natureza.
 - 3 — Assinar e despachar toda a correspondência no âmbito da DSAAP, áreas protegidas e turismo de natureza, de instituições da Administração Pública e de câmaras municipais que sejam de mero expediente, com excepção da correspondência de gabinetes de membros do Governo.
 - 4 — Assinar e despachar toda a correspondência nas matérias delegadas pelo presidente à vice-presidente, através do despacho n.º 17/PRES/2005, nas suas faltas e impedimentos.
 - 5 — O delegado não pode subdelegar a competência que lhe fora delegada ao abrigo do número anterior.
- O presente despacho produz efeitos desde a data da sua assinatura.

28 de Abril de 2005. — O Presidente, *João C. Rosmaninho de Menezes.*

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Gabinete do Secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor

Despacho n.º 11 208/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 2.º e no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio, com efeitos a partir da presente data, a licenciada Mónica Mira d'Andrade para prestar apoio técnico ao meu Gabinete no âmbito da sua especialização, nomeadamente emitindo pareceres sobre a regulamentação das actividades de comércio e de serviços, sendo para o efeito requisitada à Associação Nacional de Revendedores de Combustíveis — ANA-REC.

2 — A presente nomeação manter-se-á em vigor até à cessação das minhas actuais funções podendo ser revogada a todo o tempo.

3 — É atribuída à nomeada a remuneração mensal equivalente a 80% da de adjunto, incluindo a percepção de subsídio de férias e de Natal no mesmo montante e ainda o abono das despesas de representação na mesma percentagem, sendo estes valores susceptíveis de ser actualizados em função do que, em matéria remuneratória, vier a ser fixado para os lugares de adjunto dos gabinetes dos membros do Governo.

2 de Maio de 2005. — O Secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor, *Fernando Pereira Serrasqueiro.*

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Direcção-Geral dos Transportes Terrestres e Fluviais

Despacho n.º 11 209/2005 (2.ª série). — Ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 21.º e 23.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, renovo a comissão de serviço da licenciada Maria Odete Mendes Monteiro Ferreira no cargo de Chefe da Divisão de Exploração e de Acompanhamento das Infra-Estruturas de Transportes da Delegação de Transportes do Norte do quadro de pessoal dirigente da Direcção-Geral dos Transportes Terrestres e Fluviais.

22 de Abril de 2005. — O Director-Geral, *Jorge Jacob.*

Escola Náutica Infante D. Henrique

Despacho (extracto) n.º 11 210/2005 (2.ª série). — Por despacho de 4 de Maio de 2005 do director da Escola Náutica Infante D. Henrique:

Odília Maria Baptista Gonçalves dos Santos, assistente administrativa especialista do quadro de pessoal não docente da Escola Náutica Infante D. Henrique — nomeada definitivamente, precedendo concurso, no lugar de tesoureira do mesmo quadro e serviços, ficando posicionada no escalão 5, índice 332, do estatuto remuneratório da função pública. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Maio de 2005. — O Director, *João M. R. Silva.*